

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras reduz testes de covid-19	2
Título: BP pede nova rodada por terminal da BA.....	3
Título: STJ volta a analisar correção de empréstimo compulsório	4
Título: CEB corre contra o tempo para vender distribuidora.....	6
Título: Usinas dão prioridade à fabricação de açúcar	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: A manobra e a convivência	10
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Até que enfim, a privatização dos Correios	11
Título: Light voltará a ser privada.....	13

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 15/10/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Gabriela Ruddy**Título:** Petrobras reduz testes de covid-19

A Petrobras ampliou temporariamente o intervalo dos testes para detecção da covid-19 nos seus empregados em Macaé, onde estão as bases das operações da Bacia de Campos. A companhia confirmou a informação após a Federação Única dos Petroleiros (FUP) ter anunciado a interrupção da testagem de funcionários próprios e terceirizados ao fim de setembro.

Segundo a estatal, o intervalo maior se deve à necessidade de adequação às exigências locais do laboratório terceirizado contratado para realizar a testagem. A expectativa da petroleira é normalizar a situação até o fim desta semana. Até então, os testes sorológicos rápidos nas bases da empresa eram feitos a cada 14 dias.

“Todos os colaboradores continuam passando por uma avaliação individual de saúde antes do início de seus turnos, além de rigorosas medidas de prevenção no local de trabalho, como uso de máscaras, distanciamento, higienização reforçada e disponibilização de álcool em gel. Ressaltamos que, para profissionais que atuam embarcados, o teste RT-PCR, padrão ouro para diagnóstico da covid-19, continua ocorrendo normalmente antes de cada embarque”, disse a companhia em nota.

A FUP, por outro lado, afirma que solicitou à companhia que fornecesse guias da assistência médica para que os funcionários façam testes em laboratórios credenciados, mas o pedido foi negado. O sindicato também alega que um método de testagem em massa anunciado pela petroleira não foi adotado. “A adoção desse novo método seria útil não apenas para dar mais segurança aos trabalhadores, já que os testes rápidos, individuais, são mais imprecisos, mas também para diminuir os custos da Petrobras com a testagem. Entretanto, a companhia não adota o novo método nessas bases, e ainda comete essa falha no protocolo de testagem já adotado”, afirmou o coordenador de Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense, Alexandre Vieira.

O Ministério de Minas e Energia divulgou na terça-feira que a estatal teve 2.242 casos de covid-19 entre seus 46.416 empregados, com três mortes e oito ainda hospitalizados. Há ainda 104 funcionários em quarentena e 2.127 curados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2020**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: BP pede nova rodada por terminal da BA**

Em meio à desclassificação da Golar Power (Hygo) da licitação do arrendamento do terminal de gás natural liquefeito (GNL) da Bahia, pela Petrobras, a BP tenta emplacar uma nova rodada de propostas pelo ativo já nas próximas semanas. A petroleira britânica entrou com um recurso junto à estatal e pede uma nova chance para apresentar uma oferta pelo terminal - o que impediria que o leilão seja encerrado sem vencedores. A Golar, por sua vez, recorre da decisão que a desclassificou da concorrência e, assim, possa assumir a operação da unidade de regaseificação.

A Petrobras ainda não tem uma definição sobre o futuro da licitação. À estatal caberá decidir se reconsiderará a desclassificação da Golar; se abrirá uma nova rodada de propostas; ou se reiniciará todo o processo competitivo - o que significaria, na prática, atrasar parte do processo de abertura do mercado de gás, já que as distribuidoras do Nordeste têm contratos com a Petrobras até fim deste ano e veem na importação de GNL uma fonte para reduzir a dependência da estatal a curto prazo.

A licitação ocorreu no último dia 30 de setembro. O arrendamento do terminal é uma exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e é considerado um passo importante para a abertura do setor, já que permite a entrada de gás de novos fornecedores no mercado de forma rápida. A concorrência sofreu um revés depois que a Petrobras decidiu desclassificar a única proposta comercial válida, apresentada pela Golar, no valor de R\$ 130 milhões.

A medida ocorreu depois que a petroleira resolveu atribuir um grau de risco de integridade (GRI) alto para a Golar Power, uma semana após a deflagração da 75ª fase da Operação Lava-Jato - que colocou no alvo das investigações o então presidente da empresa, Eduardo Antonello, por suspeitas de corrupção nos tempos em que ele atuava na Seadrill, em contratos com a estatal brasileira. O GRI funciona como uma classificação de risco e é levado em conta na seleção de participantes das licitações da Petrobras.

A Golar Power alega que as investigações não têm nenhuma conexão com suas atividades e são relativas a condutas anteriores ao trabalho de Antonello na empresa. A companhia também argumenta que o executivo já foi afastado do cargo e que a Petrobras revisou o GRI da empresa “sem expor os motivos ou fundamentos da decisão” e sem dar direito à ampla defesa e ao contraditório.

Ao todo, dez grupos diferentes se habilitaram para o leilão, mas, diante de incertezas sobre quando o novo operador do ativo terá acesso à malha de gasodutos, a licitação teve pouquíssimos interessados de fato. Ao fim, apenas duas empresas apresentaram propostas: a Golar e a BP.

Na ocasião, porém, a Petrobras não aceitou a proposta da britânica, sob a justificativa de que a multinacional apresentou uma oferta com condicionantes não admitidas em edital e “declaração de atendimento aos requisitos fora da conformidade”. A BP pediu, então, a postergação da abertura de propostas para sanar as pendências. O pleito não foi acatado.

A intenção da BP era apresentar uma proposta com condicionantes. No recurso, a multinacional defende a possibilidade de negociação de aspectos como a imprevisibilidade quanto a contratação de capacidade dos gasodutos e as incertezas quanto à data de início do arrendamento. A BP argumenta que o edital da licitação prevê, em caso de desclassificação das propostas, a abertura de uma nova rodada para apresentação dos documentos e novas propostas por parte das participantes. A empresa é contra um novo leilão.

Procuradas, Petrobras, BP e Golar Power preferiram não se manifestar sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2020

Seção: Legislação

Autor: Joice Bacelo e Beatriz Olivon

Título: STJ volta a analisar correção de empréstimo compulsório

A Eletrobras poderá ganhar uma segunda chance do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na discussão sobre a correção dos empréstimos compulsórios. Os ministros começaram a julgar os embargos de declaração em que a empresa contesta a forma como foram fixados os juros remuneratórios dos valores que têm de ser devolvidos aos consumidores. Há, por enquanto, sete votos - quatro deles para atender o pedido da empresa.

Essa é uma discussão cara para a Eletrobras. São R\$ 11 bilhões envolvidos. Todo esse montante está diretamente ligado ao prazo de incidência dos juros remuneratórios. A 1ª Seção decidiu, em junho de 2019, que a correção deve ser aplicada até o efetivo pagamento dos valores não convertidos em ações - e não até 2005, ano da última assembleia de conversão, como queria a empresa.

A Eletrobras contesta, nos embargos, a possibilidade de cumulação dos juros remuneratórios e moratórios (EAREsp 790 288). Esse caso entrou na pauta de

ontem da 1ª Seção, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista da ministra Assusete Magalhães.

“Eu tenho sido muito rigorosa no julgamento de embargos de declaração, para evitar que em sede de declaratórios se rejulgue uma causa, mas confesso que alguns pontos que aqui foram colocado me suscitaram algumas dúvidas”, disse a ministra.

O depósito compulsório foi criado nos anos 60 com a finalidade de gerar recursos ao governo para a expansão do setor elétrico. A contribuição era cobrada na conta de luz dos clientes com consumo superior a dois mil quilowatts/hora (kWh) por mês. A cobrança seria extinta em 1977, mas foi prorrogada até 1993. Por lei, os consumidores poderiam depois converter os valores pagos em ações da Eletrobras.

Em 2009, o STJ decidiu, em caráter repetitivo, que a empresa deveria corrigir os créditos. Boa parte do compulsório, naquela data, já havia sido paga pela empresa por meio da conversão dos valores em ações. A última assembleia ocorreu no ano de 2005.

Os consumidores alegaram, depois disso, no entanto, que a correção efetuada foi menor do que a devida. Alguns não tiveram todo o montante convertido em ações e, por isso, ainda têm valores a receber.

É o caso da Decoradora Roma, uma das partes do processo em julgamento na 1ª Seção. A empresa questionou a data final de aplicação dos juros remuneratórios, de 6% ao ano, para os valores que não foram convertidos em ações. Pede aos ministros para que seja a data do efetivo pagamento e não a da última assembleia, em 2005, como entendia a Eletrobras.

O julgamento teve placar apertado: cinco a quatro. Prevaleceu o voto do relator, o ministro Gurgel de Faria. Ele entendeu que, ao julgar o repetitivo, a Seção decidiu que são devidos juros remuneratórios de 6% ao ano sobre a correção monetária.

O ministro disse que o STJ entende que a diferença a ser paga em dinheiro, sobre o número não convertido em ações, deve ter correção plena, expurgos inflacionários e juros remuneratórios até o efetivo pagamento.

Agora, em sede de embargos, ele manteve o posicionamento - negando o recurso apresentado pela Eletrobras. Gurgel de Faria está sendo acompanhado, por enquanto, por Napoleão Nunes Maia Filho e Og Fernandes.

O ministros Sérgio Kukina, Herman Benjamin, Francisco Falcão e Mauro Campbell Marques divergiram. Para eles, esse entendimento é diferente da

decisão proferida em repetitivo no ano de 2009. Eles consideram existir erro material no acórdão que deu ganho de causa à Decoradora Roma.

Para a divergência, existem duas situações diferentes: a de consumidores que converteram os seus créditos em ações, mas por um erro no cálculo, ainda têm valores a receber e a de consumidores impossibilitados de converter os créditos em ações.

Na primeira hipótese - em que está a Decoradora Roma -, afirmam, não poderiam incidir os juros remuneratórios. Os ministros dizem que essa peculiaridade não foi levada em conta na decisão.

O voto do ministro Mauro Campbell Marques tem um peso importante no julgamento dos embargos. Quando a decisão foi proferida, em favor da Decoradora Roma, ele não participou do julgamento porque ocupava o cargo de presidente da Seção. Hoje, quem está na presidência é o ministro Benedito Gonçalves, que, na ocasião, havia votado contra a Eletrobras.

Como, na época, o placar foi apertado - cinco a quatro - há chances de, com essa mudança de composição, o julgamento dos embargos ter resultado invertido.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima

Título: CEB corre contra o tempo para vender distribuidora

A Companhia Energética de Brasília (CEB) tem pressa para concretizar a venda das ações de sua distribuidora de energia para um novo controlador. Caso o processo se estenda muito além deste ano, a estatal corre o risco de ter sua concessão extinta e passar por liquidação, o que poderia levar a um prejuízo de R\$ 1 bilhão ao governo do Distrito Federal, segundo estimativas da própria companhia.

Iniciado no ano passado, o processo de desestatização da CEB-D já está nas fases finais. O “data-room” com informações sobre a venda do ativo foi aberto em agosto para grupos interessados. Nesta semana, o projeto deu mais passos importantes: os acionistas da CEB Holding aprovaram a alienação de 100% das ações da distribuidora pelo preço mínimo de R\$ 1,42 bilhão, e foi realizada uma audiência pública para discutir a operação.

Governo do DF teria prejuízo de R\$ 1 bi num cenário de caducidade da concessão, afirma presidente da CEB

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contratado para coordenar a desestatização, prevê pouco mais de um mês para a conclusão do negócio. Conforme o cronograma do banco, o edital da licitação deve ser lançado em 5 de novembro, com a sessão pública do leilão acontecendo logo depois, em 27 de novembro, na B3, em São Paulo. Até lá, BNDES e o consórcio de assessores financeiros e jurídicos ainda farão um “road show” com interessados na concorrência.

A CEB e o governo do DF correm para realizar o certame porque a distribuidora caminha para descumprir, mais uma vez, suas cláusulas regulatórias e econômico-financeiras junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Responsável pelo atendimento de cerca de 3 milhões de pessoas, a distribuidora tem um histórico de má prestação dos serviços e enfrenta dificuldades financeiras.

Em 2015, quando renovou a concessão por mais 30 anos, a CEB-D se comprometeu a não quebrar “covenants” econômicos e de qualidade dos serviços num horizonte de cinco anos. Pela regra, se isso acontecesse por dois anos consecutivos, ou então no quinto ano de vigência do contrato (ou seja, em 2020), o processo de caducidade seria automaticamente instaurado. Nesse meio tempo, a distribuidora já escorregou nas obrigações e neste ano, com a pandemia da covid-19, está prestes a descumpri-las novamente.

Caso o processo de extinção da concessão seja aberto, o controlador estaria impedido de vender suas ações na companhia, segundo determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). A opção que sobra é a liquidação.

Segundo o presidente da CEB, Edison Garcia, o governo do DF teria um prejuízo de cerca de R\$ 1 bilhão na hipótese de caducidade da concessão. O cálculo, apresentado ontem em audiência pública, considera que o governo receberia R\$ 1 bilhão referentes aos ativos regulatórios da CEB-D, mas permaneceria com as dívidas bancárias e tributárias da companhia e ainda teria que honrar com a rescisão de aproximadamente 900 empregados - fatores que, juntos, somam R\$ 2 bilhões.

Já no caso de privatização, o governo do DF veria entrada de caixa de R\$ 750 milhões a R\$ 1 bilhão e também regularizaria o recebimento de ICMS, afirma o presidente da CEB.

Com a entrada de um novo controlador, a expectativa é que a distribuidora retome sua capacidade de investimentos e melhore os indicadores de qualidade dos serviços. Segundo estudos do consórcio responsável pela avaliação econômica e jurídica, a CEB-D terá capacidade para investir quatro vezes mais a partir de 2021, passando para um patamar superior a R\$ 120 milhões de

investimentos por ano. Além disso, espera-se que a companhia possa enquadrar as perdas totais nos níveis regulatórios em 2025.

Entre as companhias que já declararam estarem analisando o ativo, estão Equatorial, Neoenergia e EDP. No mercado, comenta-se ainda de Energisa, CPFL e Enel.

Apesar do elevado interesse no mercado e da urgência por parte dos controladores, a privatização promete ser turbulenta. O processo tem gerado resistência entre funcionários e associações sindicais, que dizem temer aumento das tarifas sem melhora efetiva da qualidade dos serviços. No último fim de semana, uma ação popular tentou barrar a assembleia de acionistas que referendaria a venda da CEB-D, mas não foi acatada pelo Tribunal de Justiça do DF.

O presidente da elétrica afirma que opositores têm propagado “falácias” sobre a situação da distribuidora, ao dizer, por exemplo, que ela é uma empresa lucrativa. “Estamos na iminência de quebrar ‘convenants’ regulatórios e cláusulas contratuais da Aneel. Não podemos viver no princípio de negação”. Ele ressalta ainda que a companhia tem uma série de outros problemas, como alto endividamento e sobrecontratação de energia. Sobre preocupações dos empregados, ele afirma que parte deles poderá ser remanejada para a CEB Serviços, nova empresa que ficará responsável pela iluminação pública do DF e por serviços elétricos em prédios públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/10/2020

Seção: Suplementos

Autor: Rosangela Capozoli

Título: Usinas dão prioridade à fabricação de açúcar

Apesar das dificuldades logísticas nos portos, com severa redução do pessoal e longas filas de espera para carregamento, a desvalorização do real frente ao dólar manteve o açúcar altamente competitivo e atraente no mercado externo. Para minimizar os impactos da dupla crise de preços e volume que atinge o mercado de biocombustíveis, as usinas sucroalcooleiras apostaram boa parte de sua capacidade de produção no açúcar e intensificaram as vendas da commodity ao mercado internacional.

A estratégia foi bem sucedida. Em 2019, o país embarcou 17,8 milhões de toneladas do produto. Agora, apenas nos primeiros oito meses, já foram despejados no mercado externo um volume ligeiramente superior: 17,9 milhões de toneladas. Se comparados aos primeiros oito meses deste ano, o incremento

chega a 64%. Apenas em agosto, o aumento foi de 118,8% sobre igual mês de 2019.

O crescimento da produção de açúcar sobre o álcool continua. Os últimos dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), mostram elevação de 35,43% para 47% do volume de cana de açúcar processada para a fabricação de açúcar. No acumulado da safra, o processamento alcançou 499,77 milhões de toneladas, 5,3% a mais do que no mesmo período da safra passada. O avanço da moagem, segundo Evandro Gussi, presidente da Unica, se deu em função da aceleração do processo de colheita, favorecendo a operacionalização.

“O clima mais seco traz algumas dificuldades para a produtividade, mas também contribui para maior velocidade da colheita, o que explica o incremento de 5,3%”, relata. A produção da commodity desde o início da safra até o mês de setembro já está em 31,950 milhões de toneladas, alta de 46,23%, ou de 10 milhões de toneladas. “Do aumento total, cerca de 7,40 milhões derivam da mudança do mix de produção e os outros 2,70 milhões resultam do avanço da moagem e da melhor qualidade da matéria-prima colhida”, afirma em nota Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da Única.

Em junho, o Brasil voltou a ser o principal fornecedor do produto para o mercado chinês, com participação de 11% nos embarques, confirmando uma recuperação de mercado após quase três anos de turbulências. Argélia, Bangladesh, Indonésia e Índia foram outros países que importaram fortemente o açúcar brasileiro.

Felipe Vicchiato, diretor financeiro e de relações com investidores do Grupo São Martinho, diz que o mix produtivo adotado pela companhia deve permanecer mais açucareiro até o fim da temporada 2020/21, desde que os preços se mantenham nos patamares atuais. A mudança do mix também foi o caminho escolhido pela Adecoagro. Renato Junqueira Santos Pereira, diretor de açúcar, etanol e energia da companhia, diz que o alto nível de flexibilidade da empresa permitiu uma rápida mudança de cenário para mitigar os impactos da pandemia. “Alteramos o mix e elevamos a produção do açúcar em 57,3% no primeiro semestre em relação ao mesmo intervalo de 2019. Como os preços no mercado interno caíram, exportamos 88% da produção”, afirma. Os principais destinos foram Canadá, União Europeia, Argélia, China, Geórgia e Arábia Saudita.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), os embarques de açúcar do Brasil deverão atingir um recorde de 32,02 milhões de toneladas neste safra 2020/21, alta de 66% em relação ao ano anterior.

A inclinação do setor para o açúcar provocou queda de 7,47% na fabricação de etanol com um volume de 23,446 bilhões de litros, dos quais 16,298 bilhões de litros de hidratado (que abastece diretamente os veículos) e 7,148 bilhões de litros de anidro (que é misturado à gasolina).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/10/2020

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A manobra e a convivência

Além de ser inconstitucional, a tentativa de reeleição do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), trava a pauta do Congresso, impedindo o avanço de projetos de lei relevantes para o País, como mostrou reportagem do Estado. Diante da grave crise social, econômica e fiscal, não é momento de o Legislativo inventar problemas adicionais. É hora de cumprir a Constituição e de dar andamento a tudo aquilo que possa ser estímulo ao investimento, à produtividade e ao emprego.

O texto constitucional é cristalino quanto à proibição de reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. “Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1.º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente”, diz o art. 57, § 4.º da Constituição.

Tal proibição deveria extirpar pela raiz qualquer desejo de reeleição que eventualmente possa aflorar em algum ocupante da presidência da Câmara e do Senado. Não há trilha a ser percorrida fora da Constituição. No entanto, “Alcolumbre voluntariou-se para reeleger-se. Uma decisão pessoal, cuja razão real ainda não emergiu. (...) O presidente do Senado assumiu tal obstinação e paralisou as atividades da Casa”, escreveu Rosângela Bittar no Estado (Balé de sombras, 14/10).

Para angariar apoio à reeleição, David Alcolumbre tem segurado a votação de projetos que não tenham consenso entre os senadores. Com isso, projetos de lei já aprovados pela Câmara, como o novo marco legal do mercado de gás e as novas regras para recuperação judicial, estão parados no Senado. Também não há previsão para votar textos que modernizam regras dos setores ferroviário e elétrico, cuja tramitação se iniciou no Senado. Os quatro projetos estavam na lista de prioridades enviada em março ao Congresso pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Só com o novo marco do gás, o governo esperava destravar investimentos de até R\$ 43 bilhões.

A situação atual da pauta do Senado é mais um elemento a confirmar o acerto da proibição da reeleição da presidência da Câmara e do Senado. De alguma forma, tal vedação vem proteger o andamento dos trabalhos legislativos de eventuais interesses eleitorais do presidente da Casa. Para que o cargo não seja usado para obter a reeleição, o constituinte fez o óbvio: proibiu a reeleição.

A insistência do presidente do Senado em sua reeleição é, assim, um grande equívoco. Nesse intento, Alcolumbre busca envolver até o Judiciário, na expectativa de obter uma decisão judicial que, contrariando a Constituição, autorize a possibilidade de permanecer no cargo. Mas, no atual quadro, outras duas grandes omissões chamam a atenção.

Em primeiro lugar está a tolerância do Palácio do Planalto em relação à tentativa de Alcolumbre. As manobras do presidente do Senado atrapalham e atrasam diretamente os projetos que em tese são prioritários para o governo federal, mas não se vê o presidente Jair Bolsonaro atuando para pôr fim a tal situação. Ao contrário, Alcolumbre tem contado com uma tácita aprovação do Palácio do Planalto, mais interessado em acomodar interesses do que em promover reformas.

Além disso, também chama a atenção a falta de oposição efetiva por parte dos senadores aos planos de Alcolumbre. Mesmo os parlamentares que afirmam defender a Constituição e o Estado Democrático de Direito portam-se estranhamente coniventes com a manobra do presidente do Senado para se manter na cadeira por mais dois anos. “O silêncio do Senado conta com a conivência da oposição, dos ex-governadores, dos estreantes, dos antigos e de todos”, escreveu Rosângela Bittar em sua coluna.

Não deixa de ser constrangedora a insistência de Alcolumbre em sua reeleição contra a Constituição. Mas ainda mais constrangedora é a conivência do Palácio do Planalto e de grande parte dos senadores. Nessa acomodação de interesses, quem perde é o País. Sem reformas, sem crescimento e sem emprego, ainda tem de ver a Constituição ser posta de lado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/10/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Até que enfim, a privatização dos Correios

Começa a sair do papel a promessa de venda das estatais feita na campanha eleitoral de 2018

Chegou enfim ontem à Presidência o projeto de lei que marca o início da privatização dos Correios e a retomada do ambicioso plano de venda de estatais prometido na campanha eleitoral pelo ministro Paulo Guedes. Demorou quase dois anos para a promessa começar a sair do papel, mesmo assim trata-se de notícia excelente. Depois dos Correios, a fila da privatização inclui desemperrar a venda da Eletrobras, leiloar o Porto de Santos e a estatal do pré-sal.

O projeto para os Correios, elaborado pelo Ministério da Economia, pretende criar um mercado competitivo para a entrega de mercadorias e correspondências. Para isso, regulamenta o artigo da Constituição que trata dos serviços postais e cria uma nova agência reguladora, a Agência Nacional de Comunicações (Anacom). Ela assumiria os poderes da Anatel e teria a incumbência adicional de cuidar desse novo mercado de entregas, sujeito à concorrência privada.

A principal dificuldade na privatização de uma estatal como os Correios é garantir as entregas nas regiões mais remotas e menos lucrativas. Ainda não há consenso sobre o modelo a adotar para conseguir isso. Uma dúvida é se a estatal deve ser vendida inteira ou fatiada. Os defensores da divisão se inspiram na privatização bem-sucedida da telefonia, quando a Telebras foi quebrada em pedaços, e as áreas nobres e mais rentáveis para o negócio foram associadas à obrigação de universalizar o serviço em regiões desassistidas.

Tal modelo desperta críticas entre os defensores da venda da estatal inteira. De acordo com o economista Sérgio Lazzarini, do Insper, o negócio em pedaços seria pouco atraente ao capital privado. Como alternativa para levar entregas às áreas remotas, Lazzarini acredita que será preciso oferecer incentivos financeiros ou subsídios aos vencedores do leilão. O BNDES contratou uma consultoria que deverá debater o tema com congressistas e apresentar um plano em 120 dias.

Independentemente do modelo que vier a ser adotado, a telefonia traz outras lições relevantes. Enquanto os editais dos leilões das filhotes da Telebras exigiam a instalação de orelhões nos rincões do Brasil, poucos eram então capazes de vislumbrar que a universalização viria por meio da internet acoplada à telefonia celular. Da mesma forma, tecnologias de entrega hoje ainda incipientes, como drones ou caminhões autônomos, têm tudo para trazer ao setor de entregas um dinamismo ainda difícil de imaginar. Daí a importância de abrir o setor à competição. O setor privado sempre anda mais rápido que o Estado na hora de inovar para prestar um serviço melhor.

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, foi enfático ao assegurar que, depois da privatização, ninguém deixará de receber cartas ou encomendas em qualquer lugar do país. A Constituição exige que o Estado garanta a existência

de um serviço de entregas universal. Também devem ser garantidos padrões de agilidade e o respeito à privacidade dos itens transportados. Quem são os acionistas das empresas que prestarem o serviço é irrelevante.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/10/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Light voltará a ser privada

Light voltará a ser privada

O governador Romeu Zema, que esteve no Rio na terça, confirmou que a Cemig fará um movimento de retirada da Light. A estatal mineira, que já controlou a empresa de energia carioca, ainda detém 23% do capital da elétrica — percentual praticamente igual ao amealhado nos últimos meses pelo ex-deputado Ronaldo Cezar Coelho.

CAPAS DE JORNAIS

[illegible]

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UN JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 100 ★ Nº 33.433

QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2020

R\$ 5,00

Fotos Bruno Santos/Folhapress



Objetos de jornalistas que se refugiaram no país

Perseguidos, jornalistas vêm ao Brasil em busca de refúgio A14 e A15

STF tem maioria para manter ordem de prisão de traficante

André do Rap, que integra cúpula do PCC, 'debochou da Justiça', diz o presidente da corte, Luiz Fux

O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria ontem para manter a decisão do presidente da corte, Luiz Fux, de revogar o habeas corpus concedido pelo ministro Marco Aurélio Mello a André de Oliveira Macedo.

André do Rap é um dos líderes da facção criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital) e está foragido. Fux disse que o traficante "debochou da Justiça" ao fugir logo após ser liberado, no sábado (10) pela manhã.

Acompanharam a posição do presidente do tribunal os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber e Dias Toffoli. A sessão foi encerrada, e o julgamento será concluído na tarde de hoje.

A maioria dos magistrados fez ressalvas à possibilidade de o líder da corte revogar despacho de um dos colegas. O fato de haver precedentes contrários à libertação e a periculosidade do traficante, porém, prevaleceram.

Fux afirmou que a soltura de André do Rap comprometeu a ordem pública. A maior parte dos ministros seguiu a mesma linha e declarou que a liberdade ao preso preventivo não é automática após os 90 dias. Cotidiano B3

PT já impõe prazos a Tatto e debate apoio a Boulos

Dirigentes petistas já discutem a opção de apoiar Guilherme Boulos (PSOL) caso o candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Jilmar Tatto, não atinja dois dígitos nas pesquisas até o fim do mês — ele tem 1%. A campanha de Tatto não quis comentar. Poder A4

Banco Mundial, FMI e G20 fazem alerta a emergentes

Banco Mundial, FMI e G20 expressaram preocupação com o aumento do endividamento dos emergentes na pandemia. O FMI calcula que a dívida bruta brasileira deve ultrapassar 100% do PIB em 2020 e não vê perspectiva de estabilização até 2025. Mercado A18

Europa usa toque de recolher após nova alta de casos

Em meio a uma alta de casos de Covid-19, diversos países europeus estão restringindo atividades e diminuindo a circulação de pessoas. Toques de recolher e estados de emergência e calamidade já são decretados em França, Espanha e Portugal. Mundo A15

Sérgio Rodrigues Moderar o desmedido

A história da palavra moderação esclarece uma ou duas coisas sobre a lenda do Bolsonaro moderado, que tem convencido muitos analistas. Ao jogar uma luz diferente sobre o termo, a etimologia mostra que não se moderou coisa nenhuma. Cotidiano B5

Foragido é alvo de fake news, diz seu advogado

Um dos defensores de André do Rap, Aureo Tupinambá de Oliveira Fausto Filho disse à Folha que seu cliente foi traído pela decisão de Luiz Fux contra a prisão de Marco Aurélio e negou que ele pertença ao PCC e tenha relação com a máfia italiana. Cotidiano B3



INCÊNDIO E FORTES VENTOS CRIAM 'TEMPESTADE DE AREIA' NO PANTANAL

A mistura de vento forte com fuligem e fumaça de incêndio criou anteontem um cenário parecido com uma tempestade de areia no Pantanal.

O fenômeno ocorreu na Serra do Amolar, em Mato Grosso do Sul, uma das áreas mais preservadas do bioma que tem sido destruído pelo fogo.

Foto feita de dentro de aeronave usada no combate aos incêndios mostra enorme nuvem baixa marrom cobrindo quase toda a região.

"Avançou em poucos minutos. Ficou difícil de respirar e de ver", disse Ângelo Rabelo, presidente do Instituto do Homem Pantaneiro (IHP).

AGU pede que Supremo esclareça sobre homofobia

A Advocacia-Geral da União enviou recurso ao STF para esclarecer pontos do julgamento que enquadraram homofobia e transfobia nos crimes de racismo. O órgão quer saber se a decisão atinge aspectos da liberdade religiosa, como exclusão de membros de organizações. Cotidiano B4

Flávia Boggio O Diabo veste Salles

A serpente entrega uma ficha ao tinfo: "Tem o ministro do Meio Ambiente, que está por trás do desmatamento recorde na Amazônia. E coloca a culpa nos indígenas, até no Leonardo DiCaprio". O Diabo interrompe: "Já entendi. Pode reservar um andar para o rapaz". Ilustrado B4

Pandemia no Brasil

Brasil Total Brasil* Variação**
Casos 5,1 mil 19,9 mil -25,1%

Óbitos 151,8 mil 496 -28%

Estágio: Estável

Estágio da pandemia

■ Acelerado
■ Estável
■ Desacelerado
■ Reduzido



Dados das 20h de 14 out
*Média móvel de 7 dias
**Em relação a 14 dias

ISSN 1804-7721 3 3433 9 771414 572050



Professora de história, Mirtes Timpanaro diz sentir falta da comunicação Mafalda Mendonça/Folhapress

Cotidiano B2
Professores afirmam não se acostumar com a falta de contato com alunos

Ciência B8
Cidade paulista deve virar principal jazida de fóssil de aves da Era dos Dinossauros

Ilustrada B11
Mostra de Osgêmeos na Pinacoteca quebra jejum da pandemia com festa

Jogo da seleção marca disputa Bolsonaro x Globo

A exibição da partida contra o Peru pela TV Brasil foi o primeiro teste do uso do futebol pelo governo Jair Bolsonaro, que conta com a CBF para mais transmissões. A ideia é incomodar a Globo e aproveitar a audiência para fazer propaganda da gestão. Esporte B9

Prefeitura de SP matricula até em creche em obras

Famílias que aguardam vaga na fila da creche de SP têm sido surpreendidas com matrícula compulsória sem aviso ou autorização. Em alguns casos, pais descobrem que unidades estão em obras. Funcionários falam em inflação de registros. Cotidiano B1

Reportagem sobre gasto público usou dado impróprio

Reportagem da Folha sobre gasto público brasileiro errou ao usar dados de 2008 e 2009, apurados de forma distinta da de hoje. Sem esses anos, a escalada da despesa governamental continua sem paralelo entre as principais economias do mundo. Mercado A20

AUDIÊNCIA/MES
PÁGINAS VISTAS 167.623.478
VISITANTES ÚNICOS 30.539.483

EDITORIAIS A2

A hora da 2ª instância
A respeito de cumprimento das penas de prisão.

Mudança no trânsito
Sobre novas normas sancionadas por Bolsonaro.

Projeto de ajuste fiscal de Doria avança na Alesp
Cotidiano B1

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM
1875JULIO MESQUITA
(1892 - 1947)

Quinta-feira 15 DE OUTUBRO DE 2020 R\$ 5,00 ANO 141 Nº 46384

estadão.com.br



FABIO MOTTA / ESTACÃO



DOUGLAS TRENT



EDSA SANFELICI / ESTACÃO



UM MAPA OBJETIVO PARA FREAR EXTINÇÕES

Um grupo de pesquisadores de 12 países, liderado por um brasileiro, calculou que restaurar 30% dos ecossistemas do planeta, além de absorver quase metade do carbono acumulado desde a Revolução Industrial, evitaria mais de 70% das extinções de anfíbios, pássaros e mamíferos como o mico-leão-dourado, a ariranha e a onça-pintada, espécies ameaçadas no Brasil. Resgatada com as patas queimadas em meio à destruição no Pantanal, a onça macho Osuado (à direita) teve alta ontem e deve ser devolvida a seu habitat pelo presidente Jair Bolsonaro. **METRÓPOLE / PÁG. A15**

82% dos municípios não veem condições de retomar as aulas

De 3.988 prefeituras consultadas em pesquisa, só 677 afirmam poder reabrir escolas

A maioria das cidades do País acredita que não há condições sanitárias de retomar as aulas presenciais este ano, mais de seis meses após o fechamento das escolas por causa da pandemia de covid-19. Segundo pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), obtida pelo *Estado/Broadcast*, 82% das 3.988 prefeituras consultadas - onde estão 31,4 milhões de estudantes da educação básica - se manifestaram contra a

1.558
municípios não têm internet por fibra, o que dificulta o ensino a distância

volta às aulas. Apenas 677 municípios afirmaram ter condições de reabrir as instituições de ensino ainda este ano, desde que haja indicação nesse sentido

por parte de autoridades sanitárias diante do menor contágio, ou se houver oferta de vacina que permita o retorno com segurança. A volta às aulas é um dos principais pontos de preocupação na retomada gradual das atividades no pós-pandemia. Há a preocupação em evitar a reaceleração do contágio, mas também o temor de que os alunos fora da sala de aula fiquem prejudicados de forma permanente. **METRÓPOLE / PÁG. A12**

STF forma maioria a favor de prisão de traficante

Seis ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram ontem seguir a decisão do presidente da corte, Luiz Fux, de manter a prisão preventiva de André do Rap, líder do PCC que fugiu após a soltura determinada na sexta-feira pelo ministro Marco Aurélio Mello. Ainda faltam cinco votos, que serão decididos em sessão que será retomada hoje. **METRÓPOLE / PÁG. A13**

● **ANÁLISE:** Joaquim Falcão
Caso de André do Rap mostrou que o processo decisório do Supremo está doente. Não se sabe quem, quando, como e se decide. **PÁG. A13**

Para experts, elogios de TV a Bolsonaro violam Carta

Os elogios ao presidente Jair Bolsonaro durante o jogo entre Brasil e Peru, transmitido na terça-feira pela TV Brasil, podem configurar crime de responsabilidade ou improbidade administrativa por parte dos gestores da emissora estatal. Para especialistas ouvidos pelo *Estado/Broadcast*, os agradecimentos na transmissão afrontam o princípio da imparcialidade previsto na Constituição. **POLÍTICA / PÁG. A4**

Dinheiro na cueca

● Durante investigação, a PF flagrou dinheiro escondido na cueca do vice-líder do governo, Jair Bolsonaro no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR). **PÁG. A6**

Moody's indica que pode cortar nota de crédito

A vice-presidente e analista sênior do rating do Brasil na Moody's Investors Service, Samar Maziad, indicou que a agência pode reduzir a nota de crédito se o País não avançar em sua agenda de ajustes fiscais neste ano ou início de 2021. **ECONOMIA / PÁG. B1**

William Waack

Não faltou aviso

● Banco Central fez alerta estridente: populismo faz mal para a saúde fiscal. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Com ajuste, SP estima que economizará R\$ 7 bi

A Assembleia Legislativa de SP aprovou texto-base do pacote fiscal do governo. Estado estima que poderá economizar R\$ 7 bilhões. **POLÍTICA / PÁG. A7**



Paris sob toque de recolher

O presidente Emmanuel Macron decretou toque de recolher noturno a partir de amanhã em nove cidades, incluindo Paris, por pelo menos um mês, em razão de novo pico da covid-19. Alguns cartões-postais, como o Jardim das Tulherias, já têm pouco movimento. **INTERNACIONAL / PÁG. A9**

● A pandemia no Brasil (levantamento do consórcio de imprensa)

TOTAL DE MORTES	151.779
NOVOS REGISTROS DE MORTES EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	716
MÉDIA MÓVEL DE MORTES (7 DIAS)	496
TOTAL DE TESTES POSITIVOS	5.141.498
NOVOS CASOS DETECTADOS EM 24H, ATÉ AS 20H DE ONTEM	26.675
TOTAL DE RECUPERADOS*	4.568.813
*NÚMERO DE RECUPERADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	

Tempo em SP 16° Min. 25° Máx.

NA QUARENTENA BOURBON DE JANELAS ABERTAS

A tradicional casa de jazz de São Paulo reabre hoje, após 7 meses de silêncio e reforma para atender protocolos. **PÁG. H1**

Difícil caminhar

UM PAÍS COM CIDADES HOSTIS AOS PEDESTRES

As cidades brasileiras dispõem de poucos espaços caminhabilidade e serviços essenciais perto da população, revela levantamento internacional. **METRÓPOLE / PÁG. A24**

Palmeiras perde e Luxemburgo é demitido

Zeina Latif País sofre do mal da insegurança jurídica. Governo não parece preocupado em enfrentá-la. **ECONOMIA / PÁG. B4**



NOTAS & INFORMAÇÕES

Ignorância como ativo eleitoral

Na ansia de criticar as medidas de combate à pandemia, bolsonaristas escamotearam seu darwinismo social, o que deveria custar votos. **PÁG. A3**

A manobra e a conveniência

A tentativa de revogação do Davi Alcolumbre trava a pauta do Congresso Nacional. **PÁG. A3**

Product: O Globo PubDate: 15-10-2020 Zone: Nacional Edition: 1 Page: PAGINA A User: Lvsantos Time: 10-14-2020 22:58 Color: R

Brasileiro: Mesmo com um a mais, Botafogo perde para o Grêmio PÁGINA 29

O português do Vasco: Após 59 anos sem um treinador estrangeiro, clube fecha com Ricardo Sá Pinto até o fim do Brasileiro PÁGINA 30

O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2020 ANO XLVI - Nº 31.846 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00



Informais. Os trabalhadores por conta própria, como os ambulantes, foram os que mais sofreram o impacto das medidas de quarentena, com queda brusca de renda que resultou no aumento da pobreza no Rio

AL EXATIDÃO CASSINO

EFEITO COVID Pobreza no Rio na contramão do país

Em movimento inverso ao que ocorre no país, o número de pobres cresceu no Estado do Rio. Segundo estudo do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, 270 mil fluminenses entraram na pobreza em agosto. O peso do setor de serviços, que vem tendo recuperação mais lenta no Rio e é maior que a média do país, colaborou para o movimento. Outros fatores são a alta informalidade e o impacto do auxílio emergencial ser menor que em outros estados. PÁGINA 21

POLÊMICA JUDICIAL

Maioria do STF vota para manter prisão de traficante

Julgamento, interrompido em 6 a 0, será retomado hoje. Decisão do plenário servirá de precedente para situações semelhantes

Por 6 a 0, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria, em julgamento que foi interrompido e será retomado hoje, para manter a ordem de prisão do traficante André do Rap, considerado um dos mais perigosos do país, chefe de uma facção criminosa paulista. Ele foi colocado

em liberdade no sábado passado, por ordem do ministro Marco Aurélio Mello, decano do STF. Os seis ministros também se posicionaram a favor de restrições ao alcance da lei que determina a necessidade de se reavaliar, a cada 90 dias, o pedido de prisão preventiva. A decisão de Marco Aurélio

já havia sido revogada pelo presidente da Corte, Luiz Fux, mas não a tempo de evitar a fuga dele. Em seu voto ontem, Fux argumentou que Marco Aurélio havia ignorado decisões da Primeira e da Segunda Turma e alertou para um potencial de "gravíssima insegurança jurídica". PÁGINA 4

ELEIÇÕES 2020 ENTREVISTAS

'Não me arrependo das decisões que tomei na pandemia', diz Covas

Candidato à reeleição, o prefeito de São Paulo, Bruno Covas (PSDB), diz por que decidiu abordar seu tratamento contra um câncer no horário eleitoral. Sobre o fato de o governador João Dória estar ausente de sua campanha até aqui, ele diz que o aliado aparecerá na sua propaganda na TV "no momento certo". PÁGINA 8

DE OLHO NA BOLSA

JBS faz acordos para encerrar ações nos EUA
PÁGINA 25

CASA PRÓPRIA

Caixa reduz juro e facilita acesso a crédito
PÁGINA 23

FMI prevê que dívida passará de 100% do PIB

Relatório do Fundo Monetário Internacional projeta que a dívida pública brasileira saltará de 89,5% do Produto Interno Bruto em 2019 para 101,4% este ano. O FMI prevê ainda que o endividamento do país se manterá ascendente até 2025. A situação das contas públicas do Brasil será a mais frágil entre os países emergentes no período. PÁGINA 22

OPERAÇÃO DESVIO-19

Senador flagrado com dinheiro na cueca

Uma operação da PF que investiga desvio de recursos na pandemia apreendeu dinheiro escondido na cueca do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), que estava em sua casa, em Boa Vista. Assessoria do parlamentar, que é um dos vice-líderes do governo Bolsonaro no Senado, nega que tenha havido a apreensão. PÁGINA 6

ENTREVISTA / MAURÍCIO RODRIGUES

'Meritocracia vem com mínima condição para crescimento'



O vice de Finanças da Bayer: "Pioneirismo atrai críticas"

Executivo da Bayer defende programa de trainees para negros. "Difícil é convencer as pessoas de que elas podem e merecem participar." PÁGINA 24

Contra 2ª onda, França impõe toque de recolher

Diante do novo avanço da pandemia na Europa, o presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou o toque de recolher das 21h às 6h a partir de sábado em Paris e mais oito cidades, atingindo 20 milhões de pessoas. Com a Covid também em alta no país, governo de Portugal decretou estado de calamidade e quer o uso de máscaras inclusive nas ruas. PÁGINA 26

RETORNO À CHINA

Odisseia em tempos de Covid

Ao voltar ao país asiático, o colunista MARCELO NINHO ficou 14 dias na quarentena, fez dois testes e checkou temperatura 28 vezes. PÁGINA 28

Enquanto isso, no Brasil que dá certo...



MÉRVAL PEREIRA

Fux valoriza decisão colegiada do Supremo
PÁGINA 2

BERNARDO MELLO FRANCO

A sabatina do ministro-tubaina
PÁGINA 6

MÍRIAM LEITÃO

Algumas boas notícias num mar de incertezas
PÁGINA 22

GUGA CHACRA

Brasileiros nos EUA gostam de locais anti-Trump
PÁGINA 27

CONTAGIADOS

5.141.498

MORTOS

151.779

Fonte: CONSIDERAÇÃO DE ÓBITO DO HEPATITA

Alunos do Rio terão aprovação automática

Para evitar evasão, Secretaria estadual de Educação estabelece que os 600 mil alunos da rede pública não serão reprovados. PÁGINA 15

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA; BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2020

NÚMERO 20.963 • 42 PÁGINAS • R\$ 2,50

UnB: VEJA A LISTA DE 1,5 MIL APROVADOS PELO PAS

PÁGINAS 20 E 21

Compra da casa própria terá juro de 6,25% ao ano

Redução faz parte das medidas anunciadas, ontem, pela Caixa Econômica Federal para impulsionar a retomada do setor da

construção civil. No caso dos juros, que valem a partir do dia 22 para novos financiamentos imobiliários, a taxa mínima

será de 6,25% ao ano mais TR (hoje em 0%); e a máxima, de 8% mais TR. Além disso, o banco permitirá que pessoas em dificul-

dades financeiras façam pagamento parcial das prestações, entre 50% e 75% do valor, por até seis meses. PÁGINA 7



Uma aula de dedicação

No Dia do Professor, conheça docentes do DF que se reinventaram para manter o ensino vivo na pandemia. São histórias de superação, conhecimento, principalmente, de amor à profissão. PÁGINA 23

Jornalismo mais triste

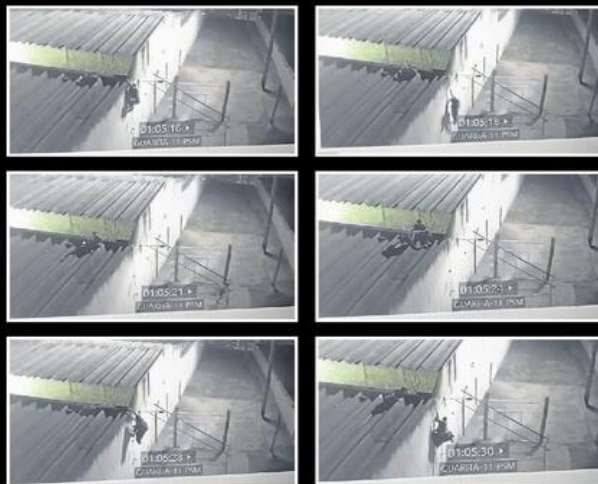
Profissional com passagem pelos principais veículos de imprensa do país, Beto Coura morreu, aos 63 anos. Na UTI havia 84 dias, ele superou a covid-19, mas ficou com sequelas da doença e faleceu devido a insuficiência renal. Foi sepultado ontem. PÁGINA 22



Acabou mais um PROJETO

Derrota por 3 x 1 para o Coritiba encerra a quinta passagem de Vanderlei Luxemburgo pelo Palmeiras. Técnico conquistou o Paulistão neste ano. PÁGINA 15

Papuda filma maior fuga de presidiários da década...



Diante das câmeras, 17 detentos fugiram, ontem, do Centro de Detenção Provisória I, construído em 1973. Onze foram recapturados no mesmo dia pelas forças de segurança. Secretário responsável pelo sistema penitenciário, Agnaldo Curado afirma que o episódio é um fato isolado, mas admite que a estrutura do local é antiga – os presos abriram um buraco no teto com uma faca artesanal. Há propostas de desativação das instalações. PÁGINA 17

...STF tenta reparar erro...

Depois da fuga de André do Rap abrir crise no Supremo, votação na Corte forma maioria para avalizar decisão de Fux que determina a volta do traficante à prisão. Mesmo derrubando habeas corpus de Marco Aurélio que soltou o chefe do PCC, alguns ministros criticaram atitude do presidente do tribunal de cassar monocraticamente o HC concedido pelo agora decano. PÁGINA 2

...STJ manda soltar presos

Apesar do mal-estar que tomou conta do STF e do país no caso de André do Rap, a 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça tomou uma decisão surpreendente: devido à pandemia, concedeu habeas corpus coletivo permitindo a libertação de todos os detentos do país que estão na cadeia porque não podem pagar fiança. Beneficia até condenados em 2ª instância. PÁGINA 4

Novo Refis deve atingir mil empresas de Brasília

Governador Ibaneis Rocha enviou à Câmara Legislativa projeto para refinanciamento de dívidas fiscais. A proposta, barrada pelos distritos em junho, pode render R\$ 500 milhões em impostos atrasados aos cofres públicos. Líderes do setor produtivo avaliam que a iniciativa vai ajudar empreendedores em dificuldades financeiras. PÁGINA 19



Dinheiro na cueca

Em operação que investiga desvio de recursos da pandemia, Polícia Federal flagra o vice-líder do governo no Senado, Chico Rodrigues (DEM-RR), com R\$ 30 mil escondidos na peça íntima. Parlamentar nega irregularidades. PÁGINA 4

Covid-19: tipo sanguíneo pode piorar sintomas

Pessoas dos grupos A e AB correm maior risco de desenvolver formas graves da doença. Já as com sangue O são as menos afetadas pelo coronavírus, mostram pesquisas internacionais. PÁGINA 14



Alerta geral no Outubro Rosa

Mastologista do Instituto do Câncer de Brasília, Gustavo Gouveia afirma ao CB.Saúde que o DF tem, em média, 730 casos da doença por ano. Ele destacou a importância da prevenção. PÁGINA 6



9771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • assinante.df@dbbr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

VerCapas.com.br

(61) 99256.3846

DÁRIOS ASSOCIADOS DA

MME / ASCOM .